



Estratégia
Carreira Jurídica

4º SIMULADO INÉDITO:

DELEGADO DA PCPR



INSTRUÇÕES DE APLICAÇÃO DO SIMULADO

- 1 - Esta prova é focada no concurso Delegado da PCPR.
- 2 - A prova contém **100 questões** cobrando assuntos do programa do edital do concurso.
- 3 - **As questões são inéditas** e foram elaboradas pelos nossos professores, com base no perfil da banca organizadora do concurso.
- 4 - Você receberá, por e-mail, o PDF ou poderá baixar o arquivo que ficará disponível em um artigo na página principal do site do Estratégia Concursos;
- 5 - Você terá das **8:30 às 13:00** para responder às questões;
- 6 - Nesta edição realizaremos um concurso de bolsas e premiaremos os cinco primeiros colocados. Para concorrer, basta preencher o formulário eletrônico até as 13:00 (horário de Brasília). [Clique aqui para acessar a íntegra do regulamento.](#)
- 7 - O gabarito será [disponibilizado no blog do Estratégia Concursos](#) às 10h do dia 22 de junho de 2020.

PREENCHA O GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-Delegado-PCPR-20-06-20>



Cartão de Respostas					
1	21	41	61	81	
2	22	42	62	82	
3	23	43	63	83	
4	24	44	64	84	
5	25	45	65	85	
6	26	46	66	86	
7	27	47	67	87	
8	28	48	68	88	
9	29	49	69	89	
10	30	50	70	90	
11	31	51	71	91	
12	32	52	72	92	
13	33	53	73	93	
14	34	54	74	94	
15	35	55	75	95	
16	36	56	76	96	
17	37	57	77	97	
18	38	58	78	98	
19	39	59	79	99	
20	40	60	80	100	

PROVA OBJETIVA**DIREITO ADMINISTRATIVO**

Thálius Moraes

01. Para definir o Direito Administrativo, alguns autores adotaram diversos critérios. Sobre o tema, é correto afirmar:

a) A escola da *puissance publique* distingue atividades de autoridade e atividades de gestão; nessas, o Estado atua com autoridade sobre os particulares, tomando decisões unilaterais, regidas por um direito exorbitante do direito comum, enquanto naquelas atua em posição de igualdade com os cidadãos, regendo-se pelo direito privado.

b) Pelo critério do Poder Executivo, o Direito Administrativo é o conjunto de normas que regem as relações entre a Administração e os administrados.

c) Para a escola do serviço público, o direito público se resume às regras de organização e gestão dos serviços públicos, sendo esses serviços atividade ou organização, em sentido amplo, abrangendo todas as funções do Estado, sem distinguir o regime jurídico a que se sujeita essa atividade.

d) Segundo o critério das relações jurídicas, o Direito Administrativo é o sistema dos princípios jurídicos que regulam a atividade do Estado para o cumprimento de seus fins.

e) De acordo com o critério da administração pública, o Direito Administrativo tem por objeto as atividades desenvolvidas para a consecução dos fins estatais, excluídas a legislação e a jurisdição ou somente esta.

02. O vocábulo administração abrange a atividade superior de planejar, dirigir, comandar, como a atividade subordinada de executar. Sobre o tema, é correto afirmar:

a) Administração Pública em sentido formal designa a natureza da atividade exercida pelos seus entes.

b) Administração Pública em sentido funcional compreende pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos incumbidos de exercer uma das

funções em que se triparte a atividade estatal: a função administrativa.

c) No sentido objetivo, a Administração Pública abrange somente a polícia administrativa e o serviço público.

d) Administração Pública em sentido objetivo é a própria função administrativa que incumbe, predominantemente, ao Poder Executivo.

e) Administração Pública em sentido subjetivo abrange apenas os órgãos que integram a administração direta e os agentes públicos.

03. O artigo 2º, parágrafo único, III da Lei 9.784/99, exige o “atendimento a fins de interesse geral, vedada a renúncia total ou parcial de poderes ou competências, salvo autorização em lei”. Trata-se de expressão do Princípio:

a) da segurança jurídica.

b) da legalidade.

c) da motivação.

d) da impessoalidade.

e) do interesse público.

04. São atributos do poder de polícia:

a) coercibilidade, vinculação e autoexecutoriedade.

b) razoabilidade, publicidade e delegabilidade.

c) discricionariedade, autoexecutoriedade e coercibilidade.

d) imperatividade, vinculação e autoexecutoriedade.

e) discricionariedade, hierarquia e legalidade.

05. Com relação às autarquias, é correto afirmar:

a) O regime jurídico de pessoal das autarquias sempre foi estatutário.

b) As autarquias submetem-se ao regime dos precatórios ou da Requisição de Pequeno Valor, conforme o caso, na forma do art. 100 da Constituição Federal.

4º Simulado - Delegado da PCPR 20/06/20

c) O patrimônio das autarquias é constituído por bens públicos e privados.

d) As autarquias não se enquadram no conceito de Fazenda Pública, razão pela qual não gozam das prerrogativas processuais respectivas, como prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais.

e) A qualificação de agência reguladora será atribuída à autarquia que possuir um plano estratégico de reestruturação e de desenvolvimento institucional em andamento; e que tiver celebrado contrato de gestão com o respectivo Ministério supervisor.

06. Com relação às empresas estatais, é correto afirmar:

a) Sociedade de economia mista é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta.

b) A constituição de empresa pública ou de sociedade de economia mista dependerá de prévia autorização do Poder Executivo que indique, de forma clara, relevante interesse coletivo ou imperativo de segurança nacional, nos termos estabelecidos pela Constituição Federal.

c) Empresa pública é a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei e com patrimônio próprio, cujo capital social é majoritariamente detido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.

d) É dispensável a realização de licitação por empresas públicas e sociedades de economia mista nas contratações entre empresas públicas ou sociedades de economia mista e suas respectivas subsidiárias, para aquisição ou alienação de bens e prestação ou obtenção de serviços, desde que os preços sejam compatíveis com os praticados no mercado e que o objeto do contrato tenha relação com a atividade da contratada prevista em seu estatuto social.

e) É competente a justiça comum para julgar as causas em que é parte empresa pública.

07. Com relação aos agentes públicos, é correto afirmar:

a) Equipara-se a funcionário público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, e quem trabalha para empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.

b) É vedado ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.

c) Função pública é o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que devem ser cometidas a um servidor.

d) É permitida a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.

e) As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção e assessoramento.

08. O retorno do servidor estável ao cargo de origem, tendo em vista a sua inabilitação em estágio probatório relativo a outro cargo ou a reintegração do servidor ao cargo, é denominado de:

a) Aproveitamento.

b) Reversão.

c) Readaptação.

d) Recondução.

e) Reintegração.

09. Os atos administrativos podem ser convalidados quando apresentarem defeitos quanto à:

a) forma e finalidade.

b) competência e motivo.

c) forma e competência.

d) finalidade e objeto.

e) competência e objeto.

4º Simulado - Delegado da PCPR 20/06/20

10. Com relação às espécies de atos administrativos, é correto afirmar:

a) As instruções são atos administrativos editados por Ministros de Estados para tratarem de assuntos relacionados aos respectivos Ministérios.

b) As resoluções são atos administrativos normativos que estabelecem regras de funcionamento e de organização dos órgãos colegiados.

c) Os despachos são atos administrativos responsáveis pela formalização da comunicação, escrita e oficial, entre órgãos públicos e entidades administrativas.

d) A licença é o ato administrativo discricionário que reconhece o direito do particular para o exercício de determinada atividade.

e) A apreensão ou destruição de coisas são sanções aplicadas pela Administração em relação às coisas que colocam em risco a população.

11. Com relação aos serviços públicos, é correto afirmar:

a) A concessão de serviço público representa a delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feita pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.

b) Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, especificidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

c) No atendimento às peculiaridades de cada serviço público, poderá o poder concedente prever, em favor da concessionária, no edital de licitação, a possibilidade de outras fontes provenientes de receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, com ou sem exclusividade, com vistas a favorecer a modicidade das tarifas.

d) Na concessão de serviço público, o concessionário deve ser pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo determinado.

e) Toda concessão de serviço público, desde que precedida da execução de obra pública, será objeto de prévia licitação, nos termos da legislação própria e com observância dos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, igualdade, do julgamento por critérios objetivos e da vinculação ao instrumento convocatório.

12. A respeito da extinção da concessão, é correto afirmar:

a) A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

b) Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, excetuados os direitos e privilégios transferidos ao concessionário conforme previsto no edital e estabelecido no contrato.

c) A inexecução total ou parcial do contrato acarretará, a critério do poder concedente, a declaração de anulação da concessão ou a aplicação das sanções contratuais.

d) Instaurado o processo administrativo e comprovada a inadimplência, a caducidade será declarada por decreto do poder concedente, após indenização prévia, calculada no decurso do processo.

e) Declarada a caducidade, não resultará para o poder concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da concessionária.

4º Simulado - Delegado da PCPR 20/06/20

13. De acordo com a jurisprudência pátria a respeito da responsabilidade civil, é correto afirmar:

a) As ações indenizatórias decorrentes de violação a direitos fundamentais ocorridas durante o regime militar prescrevem no prazo quinquenal previsto no art. 1º do Decreto n. 20.910/1932.

b) É objetiva a responsabilidade civil do Estado pelas lesões sofridas por vítima baleada em razão de tiroteio ocorrido entre policiais e assaltantes.

c) A Administração Pública pode responder civilmente pelos danos causados por seus agentes, salvo se estejam amparados por causa excludente de ilicitude penal.

d) O Estado possui responsabilidade subjetiva nos casos de morte de custodiado em unidade prisional.

e) O Estado responde civilmente por atos ilícitos praticados por foragidos do sistema penitenciário, especialmente quando os danos decorrem direta ou imediatamente do ato de fuga.

14. A Constituição Federal consagra diversos casos de controle parlamentar sobre os atos do Poder Executivo. A esse respeito, é correto afirmar:

a) É da competência exclusiva do Senado Federal sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.

b) A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime contra a administração pública a ausência sem justificação adequada.

c) As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado, importando em crime contra a administração pública a recusa, ou o não atendimento, no

prazo de quinze dias, bem como a prestação de informações falsas.

d) Prestará contas qualquer pessoa, física ou jurídica, desde que pública, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumia obrigações de natureza pecuniária.

e) Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas.

15. O ordenamento jurídico consagra diversos instrumentos de controle judicial da Administração Pública. A esse respeito, é correto afirmar:

a) O *habeas corpus* é considerado a primeira garantia dos direitos fundamentais, cuja origem remonta à Magna Carta de 1215 do Rei João Sem-Terra.

b) É cabível *habeas corpus* contra a imposição da pena de exclusão de militar ou de perda de patente ou de função pública.

c) Não cabe mandado de segurança para proteger direito líquido e certo de pessoa jurídica.

d) Não cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista ou empresa pública.

e) A teoria da encampação é aplicada no mandado de segurança quando presentes a existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado; manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas; ou a modificação de competência estabelecida na Constituição Federal.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriana Fauth

16. O sigilo bancário decorre do direito fundamental à privacidade, que pode ser relativizado em alguns casos. De acordo com o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante o acesso ao sigilo de dados bancários, independentemente de autorização judicial é possível:

- a) pelo Delegado de Polícia, pelo membro do Ministério Público e pela CPI municipal.
- b) pelo Delegado de Polícia, pela Receita Federal e pelo membro do Ministério Público.
- c) pela Receita Federal, pelo Fisco Estadual e pela CPI federal, estadual ou distrital.
- d) pelo Delegado de Polícia, pelo Fisco Estadual e pela CPI federal, estadual ou distrital.
- e) pelo Tribunal de Contas da União, pela Receita Federal e pela CPI federal, estadual, distrital ou municipal.

17. Acerca dos direitos e garantias fundamentais e de seus princípios fundamentais, assinale a questão correta:

- a) O rol dos direitos fundamentais previsto na Constituição Federal de 1988 é taxativo, ou seja, o Brasil adota um sistema fechado de direitos fundamentais.
- b) Os direitos são criados em conformidade com determinado contexto histórico e se tornam fundamentais quando constitucionalizados.
- c) A constituição consagra expressamente a teoria absoluta do núcleo essencial de direitos fundamentais.
- d) São direitos classificados como de quarta geração: o direito a democracia, informação e o direito a paz.
- e) Para evitar a ocorrência de conflito, a constituição federal impõe regras que impedem o exercício cumulado de diferentes direitos fundamentais.

18. Por suas características mais definidoras, a Constituição Federal de 1988 (CF) foi chamada de Constituição Cidadã. Com relação aos direitos humanos, aos direitos fundamentais e

às garantias fundamentais consagrados na Carta Magna brasileira, assinale a opção correta conforme o entendimento do STF.

- a) Deve ser resguardado o nome do servidor público na publicitação dos dados referentes a sua remuneração, porquanto tal divulgação viola a proteção constitucional à intimidade.
 - b) A única forma de censura permitida no Brasil é a que envolve espetáculos teatrais, especialmente os voltados para o público infanto-juvenil.
 - c) O direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade é assegurado a todos os brasileiros, sem distinção, de modo que os estrangeiros aqui residentes podem exercer todos os direitos fundamentais elencados na constituição.
 - d) Ninguém pode ser submetido a tortura ou a tratamento desumano ou degradante, salvo em situação de guerra externa ou em caso de traição nacional.
 - e) No Brasil, está garantida a liberdade do exercício de culto religioso, uma vez que é inviolável a liberdade de consciência e de crença.
19. A respeito da organização político-administrativa do Estado brasileiro, assinale a questão correta:
- a) Os estados podem incorporar-se entre si, mediante a aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
 - b) Em razão da capacidade de auto-organização dos estados-membros, as constituições estaduais não se sujeitam a quaisquer limitações previstas pela Constituição Federal de 1988.
 - c) Em caráter de exceção e urgência, e possível utilizar pesquisas de opinião, abaixo-assinados e declarações de organizações comunitárias favoráveis à criação, à incorporação ou ao desmembramento de municípios, em lugar do plebiscito exigido pela Constituição Federal de 1988.
 - d) É permitida somente à União a criação de distinções entre brasileiros.

e) O desmembramento de um município será determinado por lei municipal, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerá de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos municípios envolvidos, inexistindo a necessidade de divulgação prévia de estudos de viabilidade municipal na imprensa oficial.

20. Após realização de plebiscito e edição de lei complementar o Estado do Paraná perdeu parte do seu território, a parte destacada foi unida ao estado de Santa Catarina, sem que aquele perdesse a sua identidade originária.

Nessa situação, ocorreu a modalidade de formação de estados federados denominada

- a) incorporação.
- b) subdivisão.
- c) desmembramento por anexação.
- d) desmembramento por formação.
- e) fusão.

21. Quanto à organização político-administrativa do Brasil e aos poderes da União, assinale a alternativa correta:

- a) O Senado Federal e a Câmara dos Deputados compõem-se de representantes eleitos pelo princípio majoritário.
- b) Os territórios federais, quando criados, elegerão um senador para integrar o Congresso Nacional.
- c) Caso o presidente da República edite decreto que exorbite do poder regulamentar, o Congresso Nacional pode sustar o ato normativo, sem que isso implique em violação ao princípio da separação dos poderes.
- d) O Poder Legislativo da União é exercido pelo Congresso Nacional, pelas suas duas Casas, Senado Federal e Câmara dos Deputados. Portanto, o Poder Legislativo federal brasileiro é bicameral, tal estrutura bicameral é de reprodução obrigatória pelos estados federados.
- e) Os senadores, representantes dos estados e do Distrito Federal, são eleitos com três suplentes, segundo o princípio proporcional, para mandato de oito anos.

22. Assinale a alternativa correta quanto às atribuições do Congresso Nacional:

- a) Compete privativamente à Câmara dos Deputados fiscalizar os atos do poder executivo da administração direta e indireta.
- b) Compete ao Congresso Nacional, independentemente de sanção do Presidente da República, o exercício do controle externo dos atos administrativos de concessões e permissões de emissoras de rádio e televisão.
- c) Compete ao Congresso Nacional estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos estados é atribuição do Congresso Nacional e depende da sanção do presidente da República.
- d) É competência do Senado Federal suspender a execução de atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- e) A concessão de anistia, indulto e comutação de penas é de competência do Congresso Nacional, mediante lei sancionada pelo presidente da República.

23. Com referência à organização dos poderes assinale a opção correta:

- a) É possível a extinção de órgãos públicos por meio de decreto do presidente da República na hipótese de redução de despesa para a União.
- b) É competência privativa do presidente da República referendar tratados, convenções e atos internacionais.
- c) É competência privativa do presidente da República declarar guerra, independentemente de manifestação do Congresso Nacional.
- d) O presidente da República poderá delegar aos ministros de Estado, ao procurador-geral da República ou ao advogado-geral da União a atribuição de prover cargos públicos federais, na forma da lei.
- e) O presidente da República poderá delegar aos ministros de Estado, ao procurador-geral da República ou ao advogado-geral da União a atribuição de decretar o estado de defesa e o estado de sítio.

4º Simulado - Delegado da PCPR 20/06/20

24. De acordo com a Constituição Federal de 1988, consta no rol de atribuições do presidente da República

- a) dispor, por decreto, sobre o funcionamento da administração pública federal, ainda que isso implique aumento de despesa.
- b) celebrar a paz, com referendo do Senado Federal.
- c) autorizar empréstimos contraídos pela União no exterior.
- d) celebrar e referendar acordos internacionais, na condição de chefe de Estado.
- e) conceder indulto e comutação de penas.

25. Quanto às funções essenciais à justiça julgue, assinale a alternativa correta:

- a) A natureza da função desempenhada pelo Ministério Público é jurisdicional.
- b) O Procurador-Geral da República é o chefe de todo o Ministério Público.
- c) A Constituição estabelece de modo taxativo as atribuições do Ministério Público, sendo-lhe vedadas quaisquer outras que ali não estiverem expressamente indicadas.
- d) O chefe do Ministério Público da União é nomeado pelo presidente da República, entre os integrantes da carreira, para mandato de dois anos.
- e) O chefe do Ministério Público da União poderá ser destituído antes do término do mandato, por iniciativa do presidente da República, ainda que não haja prévia autorização do Senado Federal.

26. Com referência à organização, à competência e ao funcionamento do Ministério Público, instituição essencial à função jurisdicional do Estado, assinale a opção incorreta.

- a) O procurador-geral da República é nomeado para exercer mandato de dois anos, permitida a recondução.
- b) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, indivisibilidade e independência funcional.

c) O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios integra o Ministério Público da União.

d) O Ministério Público da União compreende o Ministério Público Federal, Ministério Público do Tribunal de Contas da União, o Ministério Público do Trabalho; o Ministério Público Militar; o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

e) Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:

27. A respeito do Ministério Público, assinale a questão correta:

a) É garantida aos membros do Ministério Público a irredutibilidade de subsídios, de modo a se evitar a redução nominal da remuneração.

b) É permitido que promotor de justiça receba honorários de sucumbência e custas processuais nos processos em que o Ministério Público for o vencedor na demanda.

c) Em face da indivisibilidade do Ministério Público, a legitimidade para recorrer vincula seus demais órgãos.

d) Os membros do Ministério Público da União não poderão exercer atividade político-partidária, salvo se prévia e expressamente licenciados para esse fim pelo Conselho Superior do Ministério Público.

e) Aos membros do Ministério Público, assim como aos juízes, é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos cinco anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

4º Simulado - Delegado da PCPR 20/06/20

28. Admite-se o controle preventivo de constitucionalidade em nosso ordenamento jurídico, dessa forma, caso uma proposta de emenda constitucional esteja tramitando de forma incompatível com as disposições constitucionais que disciplinam o processo legislativo, terá legitimidade para impetrar mandado de segurança a fim de coibir os referidos atos:

- a) partido político.
- b) governador de qualquer estado da Federação, desde que este seja afetado pela matéria da referida emenda.
- c) o Conselho Federal da OAB.
- d) o procurador-geral da República.
- e) parlamentar federal.

29. Com relação aos limites ao exercício do Poder Constituinte, assinale a única afirmativa correta.

- a) Os limites ao Poder Reformador, como todas as exceções, interpretam-se restritivamente; daí decorre que é vedada a proposta de Emenda tendente a abolir a forma Federativa de Estado, sendo possível, por outro lado, que uma Emenda retire dos municípios o status de entes da federação.
- b) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa do Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, os monopólios do Estado e os direitos e garantias individuais.
- c) Além dos limites expressos na Constituição ao Poder Constituinte Reformador, podem ser identificados limites implícitos, exemplificados pelo próprio dispositivo que prevê as matérias que não podem ser objeto de Emenda.
- d) De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não se pode invocar a existência de direito adquirido em face do Poder Constituinte, quer do originário, quer do reformador.

e) O Poder Constituinte Originário divide-se em Poder Constituinte Estruturante e Poder Constituinte Decorrente

30. Assinale a alternativa que corretamente trata do sistema constitucional de crises.

- a) Na hipótese extrema do estado de defesa, quando medidas enérgicas devem ser tomadas para preservar a ordem pública, o preso pode ficar, excepcionalmente, incomunicável.
- b) O Estado de Sítio pode ser defensivo, tendo como pressuposto material a ocorrência de uma comoção grave, cuja repercussão é nacional e que não pode ser debelada com os instrumentos normais de segurança.
- c) Logo que cesse o Estado de Defesa ou o Estado de Sítio, as medidas aplicadas em sua vigência pelo Presidente da República serão relatadas em mensagem ao Supremo Tribunal Federal, pois cumpre ao Judiciário o controle de legalidade dos atos praticados.
- d) Cessado o Estado de Sítio, cessam imediatamente seus efeitos, de modo que os atos coercitivos autorizados em decreto, executados pelos delegados do Presidente da República, são imunes ao controle judicial.
- e) Os pareceres emitidos pelos Conselhos da República e de Defesa Nacional não são vinculantes, cabendo a decretação do estado de defesa ao Presidente da República, que expedirá decreto estabelecendo a duração da medida.

DIREITO PENAL

Ivo Martins

31. Agindo em legítima defesa,

a) o agente pode repelir por meio de uma conduta típica agressão atual e injusta a direito próprio ou de qualquer outra pessoa, desde que esta seja imputável.

b) o agente pode repelir por meio de uma conduta típica ou atípica, agressão injusta a direito próprio ou de qualquer outra pessoa, mesmo que esta seja um criminoso.

c) o agente pode repelir por meio de uma conduta atípica, agressão justa a direito próprio ou de qualquer outra pessoa, mesmo que esta seja um inimputável.

d) o agente pode repelir por meio de uma conduta típica ou atípica, agressão justa a direito próprio ou de qualquer outra pessoa, desde que esta não seja um criminoso.

e) A legítima defesa quando praticada em excesso, após cessada a agressão, implica em punição na modalidade culposa.

32. Segundo os Tribunais Superiores, após verificado o Princípio da Insignificância, o Delegado:

a) diante de atipicidade material, pode deixar de efetuar a prisão em flagrante garantindo assim o direito fundamental do cidadão.

b) diante de tipicidade formal e tipicidade material, deve deixar de efetuar a prisão em flagrante, vez que faz juízo de valor da conduta do agente.

c) diante de tipicidade formal e atipicidade material, deve efetuar a prisão em flagrante para posterior submissão da questão ao Poder Judiciário (princípio da obrigatoriedade).

d) diante de atipicidade formal, deve efetuar a prisão em flagrante para posterior submissão da questão ao Poder Judiciário (princípio da obrigatoriedade).

e) diante de atipicidade formal, não efetua a prisão em flagrante, porém inicia o Inquérito Policial para apuração posterior da tipicidade da conduta.

33. A respeito dos institutos de direito penal, assinale a opção correta.

a) no tipo de homicídio qualificado pelo fato de o delito ter sido praticado mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe, não há espaço para a interpretação analógica.

b) no crime de homicídio, é impossível a coexistência da qualificadora do motivo torpe com qualquer atenuante inserida na parte geral do CP, não podendo estas, assim, concorrer no mesmo fato.

c) em relação à qualificadora do motivo fútil no crime de homicídio, esta não pode coexistir com a do motivo torpe em um mesmo ato.

d) De acordo com a jurisprudência do STF e do STJ, não é possível a coexistência, tratando-se de crime de homicídio, da qualificadora do motivo torpe, com as atenuantes genéricas do motivo de relevante valor social ou moral e da coação resistível.

e) ocorre o feminicídio quando o homicídio é praticado contra a mulher por razões da condição de sexo feminino, razão pelo qual deve-se aumentar a pena em 2/3.

34. Julgue os itens a seguir com base no direito penal e assinale a opção correta.

a) quanto ao concurso de pessoas, o direito penal brasileiro adota a teoria monista, onde os indivíduos que colaboraram para a prática delitiva devem, como regra geral, responder pelo mesmo crime. Tal situação pode ser afastada pela aplicação do princípio da intranscendência das penas, quando um dos colaboradores tenha desejado participar de delito menos grave, caso em que deverá ser aplicada a pena deste.

b) os crimes de concurso necessário não se confundem com os crimes plurissubjetivos. Nos primeiros a tipicidade necessariamente só se dá com o concurso de agentes, enquanto que nos segundos os agentes podem se reunir eventualmente para praticar o crime.

4º Simulado - Delegado da PCPR 20/06/20

c) O Código Penal brasileiro atualmente vigente adota a teoria exclusivamente monista do concurso de agentes. Em decorrência desta opção dogmática de nosso legislador, jamais, e em hipótese alguma, nossa legislação admitiu a possibilidade de excepcioná-la, para adotar a teoria pluralista.

d) no que diz respeito ao concurso de pessoas, o sistema penal brasileiro adota a teoria monista, ou igualitária, mas de forma mitigada, vez que estabelece graus de participação do agente de acordo com a sua culpabilidade.

e) O concurso de agentes exige: interveniência de duas ou mais pessoas para o mesmo fato delituoso; identidade de infração penal; e vontade consciente de concorrerem todos os agentes para o mesmo crime, sendo irrelevante a contribuição causal de cada um.

35. Julgue os itens a seguir com base no direito penal e assinale a opção correta.

a) O princípio *no bis in idem* está expressamente previsto na Constituição da República, mas não consta na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San Jose da Costa Rica).

b) é autorizada a imposição de multa por infração administrativa ambiental cominada com multa a título de sanção penal pelo mesmo fato motivador, caso este em que não há violação ao princípio do *non bis in idem*.

c) segundo a legislação penal brasileira, em obediência ao princípio do *no bis in idem*, não se admite que um cidadão brasileiro venha a ser processado novamente no território nacional caso tenha cometido um crime contra o patrimônio da União ou de empresa pública no estrangeiro e lá tenha sido absolvido.

d) A lei brasileira é aplicável, por força do princípio da proteção, ao crime praticado no estrangeiro contra a Administração Pública por quem está a seu serviço, falando a doutrina, nesse caso, de aplicação extraterritorial condicionada.

e) Dado o princípio da extraterritorialidade incondicionada, estará sujeito à jurisdição brasileira aquele que praticar, a bordo de navio a serviço do governo brasileiro em águas territoriais argentinas, crime contra o patrimônio da União.

36. Sobre a Teoria Geral dos delitos, assinale a opção correta:

a) O CP brasileiro não adotou a teoria diferenciadora, mas em relação ao agente que tinha o dever legal de enfrentar o perigo, poderá ser aplicada a justificante do estado de necessidade, se o bem sacrificado era de menor valor comparado ao protegido.

b) O Código Penal brasileiro, de acordo com o entendimento majoritário na doutrina, consagra o estado de necessidade somente como excludente da antijuridicidade, ou seja, justificante, enquanto o Código Penal Militar consagra o estado de necessidade justificante e exculpante.

c) segundo a doutrina majoritária, o Código Penal brasileiro adota a teoria diferenciadora do estado de necessidade, que se contrapõe à teoria unitária.

d) De acordo com a doutrina dominante, o estado de necessidade exculpante se configura quando o bem ou interesse sacrificado for de igual ou maior valor do que o bem protegido; o estado de necessidade justificante se configura quando o bem ou interesse sacrificado for de menor valor ao que se salva.

e) para a teoria diferenciadora, se o bem jurídico sacrificado tiver maior valor àquele protegido na situação de necessidade, estaremos diante do chamado estado de necessidade justificante;

37. De acordo com o Código Penal, é correto afirmar:

a) De acordo com a lei penal, haverá roubo impróprio sem a subtração anterior do bem móvel quando a conduta do agente for seguida de grave ameaça ou violência para garantir a detenção da “res furtiva”.

b) O agente que empregar arma de fogo de uso permitido, não cometerá crime hediondo, vez que somente o roubo com emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido está no rol taxativo da Lei nº 8.072/1990.

c) A pena é isenta de quem comete crimes contra o patrimônio, em prejuízo de ascendente ou descendente, seja o parentesco legítimo ou ilegítimo, seja civil ou natural. Tal isenção se aplica igualmente quando se trata de crime de roubo ou de extorsão, desde que da violência empregada não resulte lesão corporal grave ou morte.

d) no tipo penal de roubo, o agente que empregar arma branca terá a pena aumentada de 2/3.

e) consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo imprescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada.

38. De acordo com as determinações legais, assinale a alternativa correta:

a) O crime de porte de arma de fogo tipificado no artigo 14 da Lei nº 10.826/2003 é um crime de perigo concreto, portanto, necessita da verificação da lesividade concreta da conduta.

b) ser surpreendido por policiais com bolsa onde há somente uma munição calibre 22, segundo o STF, é conduta formalmente atípica e materialmente típica.

c) O porte de arma de fogo de uso permitido sem autorização, mas desmuniçada, não configura o delito de porte ilegal previsto no Estatuto do Desarmamento, vez que é crime de perigo concreto cujo objeto jurídico tutelado é a incolumidade física.

d) O crime de porte ilegal de arma de fogo, acessório e munição de uso permitido é inafiançável.

e) O porte de arma de fogo sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, se desmuniçada ou comprovadamente inapta a realizar disparos, não configura delito de porte ilegal de arma de fogo.

39. No que concerne à pena de multa, avalie as assertivas abaixo:

a) na execução da pena de multa, se o Ministério Público, mesmo intimado, não entrar com a execução da multa no prazo de 60 dias, o juiz da execução criminal deverá dar ciência ao órgão competente da Fazenda Pública (federal ou estadual, conforme o caso) para a respectiva cobrança na própria Vara de execução penal.

b) em caso de não pagamento no prazo legal de 20 dias, a pena de multa será convertida em dívida de valor a ser executada pela Fazenda Pública.

c) em caso de não pagamento no prazo legal de 15 dias, a pena de multa será convertida em dívida de valor, devendo ser executada na Vara de execução fiscal.

d) em caso de não pagamento no prazo legal de 10 dias, a pena de multa será convertida em dívida de valor, devendo ser executada na Vara de execução penal.

e) na execução da pena de multa, se o Ministério Público, mesmo intimado, não entrar com a execução da multa no prazo de 60 dias, o juiz da execução criminal deverá declarar extinta a punibilidade do agente.

40. De acordo com os dispositivos elencados na parte especial do Código Penal, analise as assertivas e assinale a correta.

a) em se tratando do crime de furto qualificado mediante fraude, a vítima, ludibriada, entrega, voluntariamente, a coisa ao agente. No crime de estelionato, a fraude é apenas uma forma de reduzir a vigilância exercida pela vítima sobre a coisa, de forma a permitir a sua retirada.

b) A ação penal para crime de furto qualificado mediante fraude é condicionada à representação do ofendido.

c) em se tratando do crime de furto qualificado mediante fraude, a fraude é apenas uma forma de reduzir a vigilância exercida pela vítima sobre a coisa, de forma a permitir a sua retirada. No crime de estelionato, a vítima, ludibriada, entrega, voluntariamente, a coisa ao agente.

d) em regra, o crime de estelionato é mediante ação penal incondicionada; comportando exceções, as quais serão de ação penal condicionada à representação do ofendido.

e) A ação penal para crime de furto qualificado mediante fraude é privada.

41. Diante de um fato típico, ilícito e culpável, o Estado tem o dever de punir o seu infrator após sua condenação transitada em julgado. Entretanto, há hipóteses de extinção de punibilidade, dentre elas, anistia, graça e indulto. Diante disso, analise as assertivas e assinale a que está de acordo com a Legislação brasileira:

a) a concessão de graça e indulto é atribuição privativa do Presidente da República, podendo ser delegada, na forma estabelecida na Constituição Federal, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União.

b) indulto é o benefício concedido exclusivamente pelo Congresso Nacional, podendo ser delegado ao Presidente da República por meio de Decreto Legislativo.

c) graça e indulto são benefícios que podem ser delegados pelo Presidente da República ao Ministro de Estado da Defesa, ao Procurador-

Geral da República ou ao Defensor Público-Geral Federal.

d) a concessão do indulto ou da graça depende, exclusivamente, de pedido provocado por petição do sentenciado.

e) A graça e o indulto são benefícios coletivos. Se os beneficiários cometerem novo crime, não serão reincidentes.

42. Após a leitura das alternativas abaixo, assinale a correta.

a) O finalismo nem sempre analisa o crime como fato típico, antijurídico e culpável.

b) A teoria finalista entende que, por ser o crime um comportamento humano e voluntário que tem sempre uma finalidade, o dolo e a culpa são abarcados pela conduta.

c) pela teoria bipartida, o autor de um fato típico e antijurídico que tenha sido levado à sua prática por erro escusável de proibição não é considerado um delituoso.

d) A teoria clássica, no conceito analítico de crime, o define como um fato típico e antijurídico.

e) O conceito analítico do crime se liga, necessariamente, à adoção da concepção causalista.

43. O Código Penal prevê o crime de Induzimento, instigação ou auxílio a suicídio ou a automutilação. Quanto ao tipo penal em tela, analise as assertivas e assinale a correta:

a) O Código Penal prevê a modalidade culposa.

b) se o agente ativo comete as três condutas descritas no tipo no mesmo contexto fático, responderá por três crimes diferentes em concurso formal.

c) nas duas primeiras hipóteses (induzimento e instigação) tem-se a participação material; já na última (auxílio), a participação é moral.

d) No Brasil não se pune o fato de uma pessoa matar-se (ou a sua tentativa), mas sim a conduta do terceiro que participa do evento, instigando, induzindo ou auxiliando aquela a eliminar a própria vida.

e) O suicídio tem relevância penal para o seu autor.

44. Sobre a teoria da lei penal, assinale a alternativa correta:

a) Norma penal em branco ao revés (ao avesso/inversa) é aquela em que o complemento se dá no preceito sancionador e não no mandamento proibitivo.

b) as leis penais em branco são identificadas pela definição normativa do preceito que deve ser complementado por outra norma e não se diferenciam das leis penais incompletas.

c) as normas penais em branco necessitam de complementação por atos legislativos para aperfeiçoar a tipicidade, como ocorre com todos os tipos culposos.

d) os crimes de tráfico de drogas (Lei 11.343/06, art. 33), de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito (Lei 10.826/03, art. 16, caput) são exemplos típicos de tipos penais abertos;

e) Norma penal em branco heterogênea ou em sentido estrito, é aquela cujo complemento é proveniente da própria fonte legislativa que editou a norma que carece desse complemento.

45. O artigo 327 do Código Penal apresenta um conceito amplo de funcionário público para efeitos penais. De acordo com esse dispositivo, é correto afirmar que:

a) exige-se a permanência para que seja reconhecida a condição de funcionário público no âmbito penal;

b) é equiparado a funcionário público, para efeitos penais, aquele que trabalha para empresa contratada para a execução de atividade típica da Administração Pública;

c) apenas pode ser considerado funcionário público aquele que recebe qualquer tipo de remuneração no exercício de cargo, emprego ou função pública;

d) aquele que exerce cargo em autarquias, entidades paraestatais ou fundações públicas, não é considerado funcionário público para efeitos penais.

e) os advogados dativos não são considerados funcionários públicos para fins penais.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Victor Hugo Borges

46. Em havendo conflito entre o Código de Processo Penal e uma lei especial que contenha normas processuais, a solução será a:

a) aplicação da norma que for mais recente, independentemente de eventual benefício ao réu.

b) aplicação da lei especial e, quando omissa, subsidiariamente do Código de Processo Penal.

c) aplicação do que for mais favorável ao acusado, independentemente da data de promulgação.

d) conjugação de ambos os diplomas, aplicando-se as normas que forem mais benéficas ao acusado.

e) prevaência da regra geral do Código de Processo Penal, em virtude da proibição constitucional dos juízos de exceção.

47. De acordo com as legislações especiais pertinentes, o inquérito policial deve ser concluído no

a) prazo comum de quinze dias, estando o indiciado solto ou preso, nos casos de crimes de tortura.

b) mesmo prazo estipulado para a apreciação das medidas protetivas, nos casos de crimes previstos na Lei Maria da Penha.

c) prazo comum de dez dias, estando o indiciado solto ou preso, nos casos de crimes contra a economia popular.

d) prazo de trinta dias, se o indiciado estiver solto, e de quinze dias, se ele estiver preso, de acordo com a Lei de Drogas.

e) prazo de quinze dias, se o crime for de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito, conforme o Estatuto do Desarmamento.

4º Simulado - Delegado da PCPR 20/06/20

48. A busca domiciliar será realizada quando fundadas razões a autorizarem, EXCETO na hipótese de

- a) prender criminosos.
- b) colher qualquer elemento de convicção.
- c) apreender pessoas vítimas de crime.
- d) submeter suspeito de cometimento de crime ao reconhecimento pessoal.
- e) descobrir objetos necessários à prova de infração ou à defesa do réu.

49. Quanto aos assistentes de acusação, o Código de Processo Penal estabelece que

- a) o assistente é aquele que oferece a denúncia, na hipótese de inércia do Ministério Público nos crimes de ação penal pública.
- b) a morte do ofendido obsta que outrem atue ao lado do Ministério Público, no polo ativo.
- c) na hipótese de ação penal privada, poderá haver assistência de acusação tão somente se houver pluralidade de ofendidos.
- d) na hipótese de morte do ofendido, poderão habilitar-se como assistente seu cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
- e) a assistência inicia-se com a denúncia e conclui-se, em havendo interesse do ofendido, com o término da execução da pena.

50. Considere que, no curso de determinada investigação, a autoridade policial tenha representado ao competente juízo pela prisão temporária do indiciado. Nessa situação,

- a) prisão requerida apenas poderá ser decretada para se inquirir o indiciado, devendo a autoridade policial, após o ato, representar pela sua soltura.
- b) mesmo que a autoridade policial não tivesse requerido a prisão temporária, o juiz poderia tê-la decretado de ofício.
- c) caso se trate de crime hediondo, o prazo máximo da prisão eventualmente decretada será de noventa dias.
- d) a prisão não poderá ser decretada após a fase inquisitória da persecução penal.

e) decretada a prisão temporária, o inquérito policial deverá ser concluído no prazo máximo de dez dias.

51. Do inquérito policial, é correto afirmar que

- a) É essencial para subsidiar a ação penal
- b) É orientado pelo princípio do contraditório
- c) É insubstituível por procedimento administrativo
- d) É orientado pelo princípio do sigilo
- e) Em nenhuma hipótese, submete-se ao prazo de conclusão

52. Sobre a ação penal privada, é correto afirmar

- a) A renúncia ao direito de queixa consiste em manifestação de vontade do ofendido por meio do qual ele desiste de exercer seu direito de ação
- b) O perdão do ofendido consiste na desistência da demanda manifestada pelo querelante unilateralmente e independe da aceitação do querelado
- c) A perempção, por sua própria natureza, somente pode ocorrer antes de proposta a ação penal
- d) O perdão concedido a um dos querelados somente a ele aproveitará
- e) O perdão e a perempção são institutos que se confundem

53. Em matéria de restituição de coisas apreendidas pela autoridade policial, assinale a alternativa incorreta

- a) A restituição, quando cabível, poderá ser ordenada pela autoridade policial, inexistindo dúvida quanto ao direito do reclamante
- b) Poderá a autoridade policial proceder à retenção da Carteira Nacional de Habilitação, quando constatada aparente falsidade
- c) Sendo duvidoso o direito do reclamante, somente o Juiz poderá decidir sobre o pedido de restituição

4º Simulado - Delegado da PCPR 20/06/20

d) No crime de furto, o objeto furtado e posteriormente apreendido poderá ser restituído pela autoridade policial à vítima, provada a titularidade, antes da conclusão do inquérito

e) No caso de absolvição, a arma de fogo empregada para a prática do alegado crime será necessariamente restituída ao acusado

54. Sobre as exceções processuais, é correto afirmar que

a) A exceção de suspeição é classificada pela doutrina como peremptória

b) As exceções de coisa julgada e litispendência são consideradas dilatórias

c) As exceções de ilegitimidade de parte e incompetência são consideradas dilatórias

d) A exceção de ilegitimidade de parte é considerada peremptória

e) A exceção de suspeição não pode ser alegada no curso do processo

55. Com relação ao tema citações, assinale a alternativa incorreta.

a) No processo penal o réu que se oculta para não ser citado poderá ser citado por hora certa na forma estabelecida no Código de Processo Civil.

b) Estando o acusado no estrangeiro, em lugar sabido, a citação far-se-á por carta ou qualquer meio hábil de comunicação.

c) Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional.

d) O processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado

e) Se o réu estiver preso, será pessoalmente citado.

56. A oitiva do perito em audiência criminal:

a) Vedada, uma vez que não há norma que expressamente disponha a respeito do tema.

b) Vedada, não se aplicando por analogia a norma permissiva constante do Código de Processo Civil.

c) Permitida, por emprego analógico de regra incerta no Código de Processo Civil.

d) Permitida, porém as indagações devem ser previamente enviadas ao perito que sempre as responderá em audiência, sob o contraditório.

e) Permitida, porém, ele poderá responder em laudo complementar as questões que devem ser previamente formuladas.

57. Na instrução criminal o juiz não permitirá que a testemunha manifeste suas apreciações pessoais, exceto:

a) Tais apreciações forem inseparáveis da narrativa dos fatos.

b) A testemunha for amiga íntima da vítima.

c) A testemunha for inimiga do réu.

d) A testemunha for menor de 18 anos.

e) A testemunha for inimiga da vítima.

58. Você, delegado de polícia, percebe que, na sala ao lado, Gustavo, agente policial lotado em sua delegacia, submete Tício, preso em flagrante, a sofrimento físico mediante violência, como forma de aplicar-lhe castigo pessoal. Você nada fez para impedir tal conduta. Pode-se afirmar que você e a Gustavo cometeram as seguintes condutas respectivamente:

a) Você será punido por sua omissão na forma da lei de tortura e Gustavo responderá pelo crime de tortura.

b) Você será punido por sua omissão na forma da lei de tortura e Gustavo não responderá por crime algum, por ser seu subordinado.

c) Você não praticou crime algum e Gustavo cometeu crime de tortura.

d) Você responderá pelo crime de constrangimento ilegal em concurso de agentes com Gustavo.

e) Você não praticou crime algum e Gustavo responderá pelo crime de abuso de autoridade.

59. Quanto ao prazo de prisão temporária, pode-se afirmar que:

- a) O prazo para a prisão do crime de epidemia com resultado morte será de cinco dias, prorrogável por igual período.
- b) É lícita a execução da captura enquanto a ordem judicial é elaborada.
- c) O prazo para a prisão do crime de epidemia com resultado morte será de trinta dias, prorrogável por igual período.
- d) Extrapolado o prazo determinado, será posto em liberdade o indiciado, dependendo da expedição de alvará de soltura.
- e) O prazo para a prisão do crime de epidemia com resultado morte será de quinze dias, prorrogável por igual período.

60. Em matéria de prisão preventiva, de acordo com o Código de Processo Penal brasileiro, é correto afirmar:

- a) Em regra, é vedada a decretação da prisão preventiva de ofício pelo juiz por expressa vedação legal neste sentido.
- b) O juiz poderá revogar a prisão preventiva, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.
- c) A prisão preventiva só poderá ser decretada na instrução criminal após o recebimento da denúncia ou queixa.
- d) A prisão preventiva poderá ser decretada tanto nos crimes doloso como nos crimes culposos comissivos.
- e) O despacho que decretar ou denegar a prisão preventiva poderá ser fundamentado, ficando a critério do juiz.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Fernando Bezerra

61. No crime de tráfico de drogas:

- a) O concurso de pessoas é considerado causa de aumento da pena;
- b) Recebido os autos do inquérito policial, o prazo é de 5 (cinco) dias, para o oferecimento da denúncia;
- c) Tanto o Ministério Público quanto o magistrado, após manifestação técnica do delegado de polícia, podem autorizar agentes policiais a infiltrarem-se em atividades de investigação nos crimes descritos na Lei de Tóxicos;
- d) O emprego de arma de fogo é causa de majoração da pena;
- e) Nenhuma das respostas anteriores.

62. Acerca da Lei 9.099/95 (Lei dos Juizados Especiais Criminais), julgue os itens abaixo.

I. Consideram-se infrações de menor potencial ofensivo as contravenções penais e os crimes que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa.

II. Nos Juizados Especiais Criminais, em relação aos crimes de ação penal pública incondicionada, não há nenhuma exceção ao princípio da indisponibilidade.

III. Nos estritos termos do art. 63 da lei nº 9.099/95, a competência dos juizados especiais criminais é determinada pelo lugar do domicílio do acusado ou da vítima.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente a I está correta.
- b) Somente I e III estão corretas.
- c) Somente I e II estão corretas.
- d) Somente II e III estão corretas.
- e) Somente III está correta.

4º Simulado - Delegado da PCPR 20/06/20

63. Com relação à Legislação Penal Especial, analise as assertivas a seguir.

1. As funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais exercidas pelo delegado de polícia são apenas de natureza administrativa, essenciais e exclusivas de Estado.
2. De acordo com a Lei 12.037/09, embora apresentado documento de identificação, poderá ocorrer identificação criminal quando o documento for emitido em Unidade da Federação divergente da que está sendo apresentada.
3. Conforme a Lei 12.037/09, a identificação civil poderá ser atestada pela apresentação da carteira de trabalho.
4. É possível a interceptação de comunicações telefônicas mesmo quando a prova puder ser realizada por outros meios disponíveis, desde que sustentada por autorização judicial.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente as afirmativas 1 e 4 são verdadeiras.
- b) Somente as afirmativas 2, 3 e 4 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- e) Nenhuma das alternativas são verdadeiras.

64. Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa que NÃO apresenta uma hipótese de Contravenção Penal.

- a) Praticar vias de fato contra alguém.
- b) Receber em estabelecimento psiquiátrico, e nele internar, sem as formalidades legais, pessoa apresentada como doente mental.
- c) Anunciar processo, substância ou objeto destinado a provocar aborto.
- d) Recrutar trabalhadores, mediante fraude, com o fim de levá-los para território estrangeiro.
- e) Apresentar-se publicamente em estado de embriaguez, de modo que cause escândalo ou ponha em perigo a segurança própria ou alheia.

65. Sobre a interceptação das comunicações telefônicas (Lei 9.296/96), marque a alternativa correta.

- a) Para os procedimentos de interceptação de que trata esta Lei, a autoridade policial não poderá requisitar serviços e técnicos especializados às concessionárias de serviço público.
- b) O pedido de interceptação de comunicação telefônica conterà a demonstração de que a sua realização é necessária à apuração de infração penal, sem a necessidade de indicação dos meios a serem empregados.
- c) A gravação que não interessar à prova será inutilizada por decisão judicial, durante o inquérito, a instrução processual ou após esta, em virtude de requerimento do Ministério Público ou da parte interessada.
- d) A pena do crime previsto no art. 10-A será aumentada de 1/6 (um sexto) a 1/3 (um terço) ao funcionário público que descumprir determinação de sigilo das investigações que envolvam a captação ambiental.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

66. Em relação à Lei 11.340/06 e as medidas protetivas de urgência em favor da mulher, julgue os itens abaixo.

1. Em caso de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física da mulher em situação de violência doméstica e familiar, o Delegado de Polícia poderá conceder medidas protetivas de urgência de imediato, desde que o Município não seja sede de comarca.
2. As medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pelo delegado de polícia, desde que o Município seja sede de comarca.
3. Em qualquer caso, as medidas protetivas de urgência poderão ser concedidas pela autoridade policial, independente de autorização judicial.
4. O Ministério Público poderá conceder medidas protetivas de urgência à ofendida sem a necessidade de autorização judicial.

Assinale a alternativa correta.

- a) Somente as assertivas 1 e 2 estão corretas.
- b) Somente as assertivas 2 e 4 estão corretas.

4º Simulado - Delegado da PCPR 20/06/20

- c) Somente as assertivas 1 e 3 estão corretas.
- d) Somente as assertivas 1, 2 e 4 estão corretas.
- e) Somente a assertiva 1 está correta.

67. Em relação aos Crimes Hediondos e as alterações advindas do “pacote anticrime”, julgue as assertivas a seguir.

I) Um condenado em crime hediondo poderá cumprir sua pena em qualquer regime de cumprimento de pena, obedecendo aos critérios legais, podendo progredir desde que cumpra 40% da pena, se primário, e 60% da pena, se reincidente.

II) Os crimes equiparados a hediondos, quais sejam tráfico de drogas, tortura e terrorismo, são inafiançáveis, mas admitem concessão de indulto, não possuindo o mesmo tratamento penal dos crimes hediondos.

III) Todos os crimes hediondos previstos no caput do art. 1º da Lei nº 8.072/90 estão tipificados no Código Penal.

Está(ão) correto(s) apenas:

- a) I e II.
- b) I, II e III.
- c) II e III.
- d) I e III.
- e) II.

68. De acordo com a Lei 9.613/98 (Lavagem de Dinheiro) e os entendimentos doutrinários, assinale a alternativa correta.

- a) O crime de lavagem de dinheiro pode ser classificado como delito autônomo e o oferecimento de denúncia dependerá de demonstração da existência de crime antecedente;
- b) Qualquer infração penal pode figurar como conduta antecedente apta a configuração da lavagem de dinheiro, sendo imprescindível a configuração obrigatória da condenação como subsídio da denúncia;

c) A infração penal de lavagem de dinheiro não precisa ser processada e julgada no bojo do mesmo processo penal no qual se apura a infração penal antecedente.

d) Se o sujeito ativo da infração penal antecedente for desconhecido ou isento de pena, inviabilizará o reconhecimento da tipicidade da conduta de lavagem de dinheiro;

e) A extinção de punibilidade das infrações penais antecedentes influencia na atipicidade do comportamento perpetrado no empreendimento da lavagem de dinheiro.

69. Julgue os itens a seguir e assinale a alternativa que contempla apenas assertivas INCORRETAS.

I) Os tipos penais de abuso de autoridade somente podem se configurar quando exclusivamente perpetrados por agentes públicos, não se admitindo concurso com o particular.

II) O particular nunca pode praticar o delito de abuso de autoridade nem mesmo em concurso com um agente público.

III) A Lei n. 13.869/19 preocupou-se em definir o significado da expressão autoridade, diferente da técnica manejada na antiga Lei n. 4.898/65, para que seja identificado o sujeito ativo do crime de abuso de autoridade.

IV) Os delitos de abuso de autoridade podem ser definidos como crimes próprios, mas excepcionalmente são encontradas modalidades comuns também.

Estão INCORRETOS os itens:

- a) I, II e III
- b) I, III e IV
- c) II, III e IV
- d) IV
- e) I, II, III e IV

4º Simulado - Delegado da PCPR 20/06/20

70. Julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correspondente à verdadeira:

- a) Existem tipos penais culposos na lei de abuso de autoridade.
- b) Os tipos penais de abuso de autoridade são configurados pela prática da conduta descrita na norma legal sem a necessidade de qualquer finalidade especial de agir.
- c) O crime de abuso de autoridade pode se configurar caso ocorra retificação por instância revisora de posicionamento adotado por órgão jurisdicional inferior.
- d) O sujeito passivo dos crimes de abuso de autoridade restringe-se apenas ao Estado, não acolhendo o cidadão.
- e) O bem jurídico tutelado pelas figuras típicas de abuso de autoridade manifestam dupla abrangência, pois ao mesmo tempo protegem as garantias e direitos dos cidadãos e a própria regularidade da prestação dos serviços públicos.

71. Considerando o disposto na Lei nº 11.343/06 acerca de plantações ilícitas e do procedimento de destruição de drogas, julgue os itens abaixo.

- 1. As plantações ilícitas serão imediatamente destruídas pela autoridade judiciária, que recolherá quantidade suficiente para exame pericial.
- 2. Na hipótese de ocorrência de prisão em flagrante, a Lei nº 11.343/06 estabelece que a destruição das drogas será executada pelo Juiz competente no prazo de 15 (quinze) dias na presença do Ministério Público e da autoridade sanitária.
- 3. Ocorrendo prisão em flagrante, recebida cópia do auto de prisão em flagrante, o juiz, no prazo de 10 (dez) dias, certificará a regularidade formal do laudo de constatação e determinará a destruição das drogas apreendidas, guardando-se amostra necessária à realização do laudo definitivo.
- 4. Encerrado o processo criminal ou arquivado o inquérito policial, o juiz, de ofício, mediante representação da autoridade de polícia judiciária, ou a requerimento do Ministério Público, determinará a destruição das amostras

guardadas para contraprova, certificando nos autos.

Assinale a sequência correta.

- a) F, V, F, V.
- b) F, F, V, V.
- c) V, V, F, F.
- d) V, F, V, F.
- e) F, V, V, F.

72. A respeito da infiltração de agentes de polícia em tarefas de investigação, é correto afirmar que

- 1. pode ser determinada de ofício pelo juiz, cabendo ao delegado de polícia designar os agentes que atuarão na tarefa.
- 2. a função deve ser desempenhada exclusivamente por agentes integrantes dos quadros das instituições policiais.
- 3. os agentes infiltrados terão direito à alteração da identidade, bem como a usufruir das medidas de proteção à testemunha.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente a afirmativa 1 é verdadeira.
- b) Somente as afirmativas 2 e 3 são verdadeiras.
- c) Somente as afirmativas 1 e 3 são verdadeiras.
- d) Somente as afirmativas 1, 2 e 3 são verdadeiras.
- e) Somente a afirmativa 2 é verdadeira.

73. Em relação ao descumprimento das medidas protetivas de urgência previstas na Lei 11340/06, assinale a alternativa adequada conforme as normas positivas do Direito pátrio e a respectiva jurisprudência:

- a) O crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência é inafiançável;
- b) A prisão em flagrante pelo crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência inviabiliza a representação por prisão preventiva em face da recalcitrância do agressor, mas é insuscetível de liberdade provisória;

4º Simulado - Delegado da PCPR 20/06/20

c) O crime do art. 24-A da Lei 11340/06 configura-se mesmo nas hipóteses de decretação das medidas protetivas de urgência pela autoridade policial;

d) O descumprimento das medidas protetivas de urgência não enseja a configuração de nenhum tipo penal autônomo na legislação brasileira, mas permite decretação de prisão preventiva pelo juiz ou delegado em casos de urgência;

e) As disposições da Lei 9.099/95 não podem ser aplicadas ao delito previsto no artigo 24-A da Lei 11.340/06.

74. Acerca da Lei 10.826/03 – conhecida como Estatuto do Desarmamento, julgue os itens abaixo.

I- Os tipos penais contidos no Estatuto do Desarmamento são classificados como de perigo concreto.

II - A Posse irregular de arma de fogo de uso permitido e o Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido são tipos penais distintos, porém possuem a mesma pena.

III – Não constitui crime a posse isolada de qualquer quantidade de munições de uso permitido, em desacordo com as determinações legais ou regulamentares, quando desacompanhada da apreensão de arma de fogo.

Assinale a sequência correta.

- a) F, F, F.
- b) V, F, V.
- c) V, V, F.
- d) F, F, V.
- e) F, V, F.

75. Sobre o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03) e a Lei de Contravenções Penais (Lei 3.668/41), assinale a alternativa adequada:

- a) O Estatuto do Desarmamento elegeu como objetos materiais as armas, munições e acessórios;
- b) As armas de fogo são objetos materiais da Lei de Contravenções Penais;

c) A figura típica do art. 19 da Lei 3.668/41 é definida como inconstitucional;

d) Com a revogação total operada pelo Estatuto do Desarmamento, a conduta do art. 19 da Lei 3.668/41 foi abolida da ordem jurídica brasileira;

e) Nenhuma das assertivas anteriores.

CRIMINOLOGIA

Beatriz Pestilli

76. Considerando os métodos e objetos de estudo da moderna Criminologia, analise as afirmações abaixo:

I. A Criminologia tem como principais objetos de estudo a delinquência infanto-juvenil, o delinquente, a vítima e a interdisciplinaridade.

II. A Criminologia ocupa-se com a pesquisa científica do fenômeno criminal, considerando suas causas, características, prevenção e controle de incidência, sendo uma ciência causal-explicativa do delito.

III. A Criminologia é uma ciência do dever ser, dogmática e abstrata, que se utiliza de métodos biológicos, psicológicos e sociológicos.

IV. A Criminologia é uma ciência empírica (baseada na observação e na experiência) e interdisciplinar que tem por objeto de análise o crime, o criminoso, a vítima e o controle social das condutas criminosas.

Assinale a alternativa correta:

- a) As alternativas I, II e IV são verdadeiras.
- b) Somente as alternativas I e II são verdadeiras.
- c) Somente as alternativas II e III são verdadeiras.
- d) Somente as alternativas II e IV são verdadeiras.
- e) As alternativas I, III e IV são verdadeiras.

4º Simulado - Delegado da PCPR 20/06/20

77. Constituem alguns dos principais postulados da Escola Clássica da Criminologia:

I. A responsabilidade penal decorrente do determinismo.

II. O método experimental, caracterizado pela observação do mundo real.

III. A comprovação da criminalidade real e criminalidade revelada.

IV. A responsabilidade penal decorrente do livre arbítrio.

Assinale a alternativa correta:

- a) As alternativas I, II e IV são verdadeiras.
- b) Somente as alternativas I e II são verdadeiras.
- c) Somente a alternativa IV é verdadeira.
- d) Somente as alternativas III e IV são verdadeiras.
- e) As alternativas I, III e IV são verdadeiras.

78. Considerando as teorias macrossociológicas da criminalidade, julgue as afirmações abaixo de acordo com seu entendimento:

I. Teorias de Consenso e Teorias de Conflito são grupos distintos de Teorias Macrossociológicas da Criminalidade que buscam explicar os sistemas de resposta ao crime, com base na interferência do meio social.

II. As Teorias de Consenso possuem um cunho funcionalista, acreditando que os objetivos da sociedade são atingidos quando as instituições funcionam de forma integrada; enquanto que as Teorias de Conflito possuem uma visão crítica e argumentativa da realidade, propondo rupturas com os modelos atuais de resposta ao crime.

III. O pensamento criminológico moderno é influenciado por uma visão de cunho funcionalista e uma de cunho argumentativo, que possuem, como exemplos, a Escola de Chicago e a Teoria Crítica, respectivamente.

IV. O pensamento criminológico moderno é influenciado por uma visão de cunho funcionalista e uma de cunho argumentativo, que possuem, como exemplos, a Teoria Crítica e a Escola de Chicago, respectivamente.

Assinale a alternativa correta:

- a) As alternativas I, II e III são verdadeiras.
- b) Somente as alternativas I e II são verdadeiras.
- c) Somente as alternativas I e III são verdadeiras.
- d) Somente as alternativas I e IV são verdadeiras.
- e) As alternativas I, II e IV são verdadeiras.

79. Considerando as ideias de Edwin Sutherland, julgue os itens a seguir:

I. A teoria de Sutherland é conhecida como Associação Diferencial e desconsidera o processo de interação social na aprendizagem do comportamento desviante.

II. Sutherland foi o criador da expressão crimes de colarinho branco para identificar crimes tributários ou contra a ordem econômica praticados por criminosos oriundos das elites sociais.

III. A teoria de Sutherland é conhecida como Subcultura Delinquente e considera a importância dos grupos culturais, cujos comportamentos são alheios aos impostos pela sociedade, como fator gerador da criminalidade.

IV. A teoria de Sutherland é conhecida como Associação Diferencial e considera que o processo de interação social acarreta na aprendizagem de diversos comportamentos, dentre eles o comportamento desviante.

Assinale a alternativa correta:

- a) As alternativas I e II são verdadeiras.
- b) Somente a alternativa II é verdadeira.
- c) Somente a alternativa III é verdadeira.
- d) As alternativas II e III são verdadeiras.
- e) As alternativas II e IV são verdadeiras.

80. A Escola de Chicago surgiu com o objetivo de traçar um diagnóstico confiável sobre o problema social, focando na sociologia das grandes cidades, com a hipótese de comprovar que o crime aumentou em razão da industrialização e urbanização dos centros urbanos. Com base nesta linha de pensamento, considere as afirmações abaixo:

I. A Teoria das Janelas Quebradas não pertence ao grupo de teorias da Escola de Chicago, sendo que defende a ideia de repressão dos crimes mais graves para inibir os crimes mais leves, se utilizando da política de tolerância zero, com o intuito de expandir as zonas de concentração criminosa e assim conseguir identificar e prender todos os criminosos.

II. A Teoria das Janelas Quebradas pertence ao grupo de teorias da Escola de Chicago e defende a ideia de repressão dos crimes mais leves para inibir os crimes mais graves, se utilizando da política de tolerância zero, com o intuito de evitar a formação das zonas de concentração criminosa (também conhecidos como hot spots).

III. A Escola de Chicago prioriza a ação preventiva à atuação estatal repressiva e originou teorias como Janelas Quebradas e Tolerância Zero, implementadas com base no Direito Penal Máximo e originárias do pensamento de Neorretribucionismo Penal ou Realismo de Direita.

IV. A Escola de Chicago prioriza a ação estatal repressiva e originou teorias como Labelling Approach e Teoria Radical, implementadas com base no Direito Penal Mínimo e originárias do pensamento de Realismo de Esquerda.

Assinale a alternativa correta:

- a) Somente as alternativas I e IV são verdadeiras.
- b) Somente as alternativas II e III são verdadeiras.
- c) Somente a alternativa I é verdadeira.
- d) Somente a alternativa II é verdadeira.
- e) Somente a alternativa III é verdadeira.

DIREITO CIVIL

Lhaís Hamid

81. Leia as assertivas adiante e, a seguir, marque a opção correta:

I - O silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, e não for necessária a declaração de vontade expressa.

II - São anuláveis os contratos onerosos do devedor insolvente, gravosos ao seu patrimônio, quando a insolvência for notória, ainda que não haja prova de ser ela conhecida do outro contratante.

III A ação pauliana é a via para postular a invalidade do ato em fraude a credores, e está submetida ao prazo prescricional de dez anos, contados da prática do ato.

IV - Invalidam os negócios jurídicos que lhes são subordinados as condições física ou juridicamente impossíveis, quando suspensivas;

- a) Apenas as assertivas I, II e IV estão corretas.
- b) Apenas as assertivas I e III estão corretas.
- c) Apenas as assertivas II e IV estão corretas.
- d) Apenas a assertiva II está correta.
- e) Apenas as assertivas I e IV estão corretas.

82. É nulo o negócio jurídico:

- a) No caso de dolo ou fraude contra credores.
- b) Simulado ou quando for ilícito, impossível ou indeterminável o seu objeto.
- c) Na hipótese de não revestir a forma prescrita em lei ou praticado mediante estado de perigo.
- d) No caso de lesão.
- e) NDA.

83. Com relação às nulidades do negócio jurídico assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O negócio jurídico eivado da invalidade do tipo nulidade não convalesce com o decurso do tempo.
- b) O erro de cálculo apenas autoriza a retificação da declaração de vontade.
- c) A anulabilidade do negócio jurídico só pode ser invocada por aquele a quem aproveite.
- d) A simulação, vício social, só pode ser invocada pelos interessados.
- e) Os prazos fixados por hora contar-se-ão de minuto em minuto.

84. Analise as seguintes proposições sobre os direitos da personalidade e marque a alternativa correta:

I. Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome.

II. De acordo com entendimento sumulado no Superior Tribunal de Justiça, a indenização pela publicação não autorizada de imagem de pessoa com fins econômicos e comerciais depende de prova do prejuízo.

III. O cônjuge do ausente, sempre que não esteja divorciado antes da declaração da ausência, será o seu legítimo curador.

- a) Somente a proposição I está correta.
- b) Somente as proposições II e III estão corretas.
- c) Somente as proposições I e III estão corretas.
- d) As proposições I, II e III estão corretas.
- e) Todas estão erradas.

85. Um deficiente físico, com 17 anos de idade e divorciado é:

- a) capaz.
- b) absolutamente incapaz.
- c) relativamente incapaz por ser maior de 16 anos.
- d) capaz, se foi expressamente requerida no divórcio a não revogação da emancipação.
- e) capaz, desde que tenha sido emancipado pelos pais.

DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

86. Assinale a alternativa correta, de acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos:

- a) a Declaração admite, se bem que indiretamente, a possibilidade de aplicação legal da pena de exílio.
- b) conforme a Declaração, ninguém poderá ser culpado por qualquer ação ou omissão que, no momento, constituíam delito apenas perante o direito internacional.
- c) a Declaração não tem disposição específica acerca do direito a uma audiência justa e pública, apesar da previsão de que todos os julgamentos devem ser proferidos por tribunal independente e imparcial.
- d) a Declaração admite expressamente a existência de legislação nacional prevendo distinção de proteção social em relação a crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio.
- e) não há previsão na Declaração a respeito do direito a uma certa ordem internacional.

87. Assinale a alternativa correta, de acordo com a Convenção contra a tortura e outros tratamentos ou penas cruéis:

- a) em caso de detenção de pessoa acusada da prática de crime de tortura, devem ser asseguradas facilidades para a comunicação imediata com o representante mais próximo do Estado que é nacional o detento ou, se for apátrida, com o representante das Nações Unidas.
- b) em caso de circunstância excepcional, como instabilidade política interna, admite-se a utilização da tortura em caso de fundada suspeita da prática de crime de organização criminosa contra a estabilidade democrática.
- c) cada Estado Membro assegurará que o ensino e a informação sobre a proibição da tortura sejam plenamente incorporados no treinamento do pessoal médico que possa participar da custódia, interrogatório, ou tratamento de qualquer pessoa submetida a qualquer forma de prisão, detenção ou reclusão.

4º Simulado - Delegado da PCPR 20/06/20

d) cada Estado Membro da Convenção deve assegurar em seu sistema jurídico, à vítima de um ato de tortura, o direito à reparação e à indenização justa e adequada, excluídos os meios necessários para reabilitação, medida que pode ser adotada facultativamente.

e) para fins da Convenção, o termo "tortura" designa qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos, físicos ou mentais, são infligidos intencionalmente a uma pessoa a fim de obter, dela ou de terceira pessoa, informações ou confissões; de castigá-la por ato que ela ou terceira pessoa tenha cometido ou seja suspeita de ter cometido; de intimidar ou coagir esta pessoa ou outras pessoas; ou por qualquer motivo baseado em discriminação de qualquer natureza; quando tais dores ou sofrimentos são infligidos por um funcionário público ou outra pessoa no exercício de funções públicas; ou por sua instigação, ou com o seu consentimento ou aquiescência. Considera-se como tortura as dores ou sofrimentos que sejam consequência unicamente de sanções legítimas, ou que sejam inerentes a tais sanções ou delas decorram.

88. Sobre o efeito cliquet dos direitos humanos, assinale a alternativa correta:

a) efeito cliquet significa que em caso de conflito entre normas de direitos humanos, privilegia-se a aplicação da norma mais protetiva.

b) é um efeito que se restringe ao plano internacional, não contando com aplicação no direito brasileiro por ausência de previsão constitucional.

c) esse efeito equivale ao princípio da universalidade dos direitos humanos independentemente de qualidade ou condição social da pessoa.

d) relaciona-se ao direito à paz, vedando a adoção de práticas terroristas para a obtenção de reformas políticas.

e) este efeito equivale ao princípio da vedação ao retrocesso, significando que não se pode desconstituir os marcos protetivos já alcançados pelo cidadão.

89. Um dos documentos mais importantes na evolução dos direitos humanos é a Declaração francesa dos direitos do homem e do cidadão, de 1789. Conforme o texto expresso da Declaração, os direitos naturais e imprescritíveis do homem são:

a) a liberdade, a igualdade e a fraternidade.

b) a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade.

c) a vida, a liberdade, a igualdade e a resistência à opressão.

d) a liberdade, a propriedade, a segurança e a resistência à opressão.

e) a vida, a liberdade, a igualdade e a propriedade.

90. Assinale a alternativa correta sobre a incorporação de tratados sobre direitos humanos ao direito brasileiro:

a) as relações privadas são reguladas apenas pela legislação nacional, dependendo a aplicabilidade dos tratados internacionais sobre direitos humanos a sobre estas relações da prolação de lei com conteúdo idêntico, em respeito à soberania nacional.

b) um dos requisitos para a incorporação de tratados sobre direitos humanos ao direito brasileiro é o parecer favorável do Procurador-Geral da República ao conteúdo do documento.

c) no ordenamento jurídico brasileiro atual, os tratados sobre direitos humanos podem ocupar distintas posições hierárquicas, a depender do procedimento utilizado para a incorporação ao direito brasileiro: efeito de norma supralegal e efeito de emenda constitucional.

d) em caso de confronto entre a legislação de direitos humanos brasileira e tratado sobre direitos humanos de que o Brasil seja parte, prevalece a previsão do tratado em qualquer caso.

e) os tratados de direitos humanos são incorporados automaticamente ao direito brasileiro quando aprovados pela Convenção das Nações Unidas em razão do princípio do jus cogens.

INFORMÁTICA

Ranielison dos Passos

91. Durante a manipulação de dados no LibreOffice Calc, configuração padrão em português, um usuário informou na célula A4 a seguinte expressão:

=B1+\$C1+D1.

Qual alternativa descreve corretamente a função que será estabelecida em B5 após o usuário copiar e colar a função da célula A4 para B5?

a) =B1+\$C1+D1

b) =B2+\$D2+E3

c) =C2+\$C4+E6

d) =E2+\$C5+D9

e) =C2+\$C2+E2

92. Um delegado de polícia precisa realizar algumas alterações em todo o documento de texto, criado e gerenciado pelo Writer, configuração padrão em português, mas precisa utilizar uma ferramenta do programa que realize as ações pretendidas de forma automática. Considerando que o arquivo seja composto por muitas páginas, toda vez que houver a ocorrência da expressão "PCPR" automaticamente deverá ser alterada pela expressão "Polícia Civil do Paraná".

Qual ferramenta do aplicativo o delegado poderá utilizar?

a) O recurso de Alterações, localizado no Menu Editar.

b) O recurso de Localizar, disponível no Menu Editar.

c) O recurso de Localizar e Substituir, disponível no Menu Editar.

d) O recurso de Comparar Documento, disponível no Menu Editar.

e) O recurso de Fontes e Estilos, disponível no menu editar.

93. Qual alternativa apresenta o comando utilizado em Linux para apagar arquivos?

a) rm

b) mv

c) ln

d) cp

e) cd

94. Considere as afirmações abaixo para marcar a alternativa correta.

I - O recurso *Sync*, do navegador Firefox, permite sincronizar na nuvem favoritos, históricos de navegação, senhas, músicas e fotos do computador local e outros dispositivos.

II - A memória cache aceita que arquivos temporários sejam armazenados no HD do computador pelo navegador Chrome, por exemplo.

III - Após finalizar uma navegação anônima, tanto o histórico de acesso quanto outros dados de navegação não são armazenados localmente no computador, apenas em nuvem, através do sistema de sincronização de contas dos navegadores modernos.

a) apenas I

b) apenas II

c) apenas III

d) todas

e) nenhuma

95. Em Correio Eletrônico, considerando os padrões de utilização, assinale a alternativa correta.

a) Anexar arquivos pode ser feito sempre com qualquer extensão existente.

b) Contas em Webmail são configuradas somente pelo "Administrador" do sistema operacional.

c) Desde que preenchido corretamente um e-mail pode ser enviado para uma pessoa que não faz parte da lista de contatos previamente cadastrados.

d) Por regra, um usuário pode livremente alterar portas e protocolos de um sistema de comunicação Webmail.

e) Considerando os principais programas clientes de e-mail não é possível criar um grupo, lista, de Contatos.

MEDICINA LEGAL**Alexandre Herculano**

96. As deformações do projétil, quando alteram seu aspecto cilindro-cônico por colisão em superfície dura, tendem a modificar a forma e as dimensões do ferimento por ele causado, mesmo quando incide perpendicularmente sobre a superfície da pele:

- a) Este tipo de ferimento tem sempre a forma regular, em forma de fenda.
- b) Este tipo de ferimento tem sempre a forma irregular-estrelada, sendo as vezes em forma de sulco.
- c) Este tipo de ferimento tem sempre a forma irregular-estriado.
- d) Este tipo de ferimento tem sempre a forma regular com bisel.
- e) Este tipo de ferimento tem sempre a forma triangular.

97. Ação da eletricidade no corpo que pode ser cutânea, muscular, óssea e até visceral, dependendo do efeito e da lei de Joule. “A passagem de uma corrente elétrica através de um condutor determina calor”. Tal ação é conhecida como

- a) marca aboriforme
- b) marca queraunográfica
- c) vasculite elétrica
- d) queimadura elétrica
- e) zona chamuscada

98. Os cáusticos são substâncias que, de acordo com sua natureza química, provocam lesões tegumentares mais ou menos graves. Essas substâncias podem resultar em efeitos coagulantes ou liquefacientes. As de efeito coagulante

- a) são aquelas que produzem escaras úmidas, translúcidas, moles e têm como modelo a soda, a potassa e a amônia.
- b) A importância do estudo das lesões externas acarretadas pela ação dos cáusticos reveste-se de pouca significação.

c) são aquelas que desidratam os tecidos e lhes causam escaras endurecidas e de tonalidade diversa.

d) Os ácidos produzem escaras secas e de cor escura.

e) A gravidade da lesão varia de acordo com o local atingido, a especificação e a consistência do cáustico.

99. O calor pode atuar de forma

- a) difusa ou direta
- b) direta ou indireta
- c) indireta ou difusa
- d) difusa ou térmica
- e) indireta ou térmica

100. Na ação do calor, as flictenas, mesmo podendo ser provocadas no cadáver, neste elas não têm conteúdo seroso com exsudato leucocitário conhecido como

- a) sinal de Janesie-Jeliac
- b) sinal de Chambert
- c) sinal de Christson
- d) sinal de Amussat
- e) sinal de Friedberg

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-Delegado-PCPR-20-06-20>

Conheça nosso sistema de questões!

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no banner e aproveite os descontos e bônus imperdíveis!



Conheça nossos cursos

[Cursos para Delegado da PCPR](#)